

Universidade Federal de São Carlos
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Curso de Engenharia Agrônoma



SARA RAQUEL DE BARROS SANTOS

**DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO
BRASIL**

ARARAS - 2021

Universidade Federal de São Carlos
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Curso de Engenharia Agrônoma



SARA RAQUEL DE BARROS SANTOS

**DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO
BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de
Engenharia Agrônoma – CCA – UFSCar para
a obtenção do título de Engenheira Agrônoma

Orientador: Prof. Dra. Adriana Estela Sanjuan
Montebello

ARARAS – 2021

Dedico este trabalho a minha mãe Rosangela de Barros, ao meu pai Albino dos Santos e a minha irmã Hidaiana Rosa que foram o apoio para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois é graças a Ele que alcancei o sonho da graduação e sem Ele não sou absolutamente nada.

Aos meus pais Albino dos Santos e Rosangela de Barros por todos os esforços voltados para a minha criação e educação, pelos conselhos ao longo da vida e por serem a minha inspiração de persistência diante das adversidades.

A minha irmã Hidaiana Rosa, por ter sido a minha inspiração nos estudos e pelas palavras de apoio e de “aguenta firme, vai valer a pena” ao longo da graduação.

Aos meus irmãos Hercules e Paula, em especial ao meu amado irmão Alexandre, que mesmo a distância torcia pelo meu sucesso, descanse em paz.

Aos meus amados sobrinhos Antony, Victor e Ana.

A minha orientadora Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello, pela orientação, paciência, conhecimentos e incentivos transmitidos desde a disciplina de Economia e Política Agrícola.

Ao Prof. Dr. Jeronimo Alves dos Santos e Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro pela honra de participarem da minha banca, pela paciência e dedicação.

Aos meus amigos, que tornaram a minha graduação mais leve e divertida, em especial a Agustina Tuckey, Luana C. Jonck e a Jamily S Fernandes pela parceria.

A todos vocês, meu muito obrigada.

“Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos.”

Salmos 91:11

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o panorama das cooperativas agrícolas do Brasil e de suas regiões por meio das seguintes variáveis: número de estabelecimentos agropecuários; número de estabelecimentos agropecuários organizados em associações; número de estabelecimentos agropecuários organizados em cooperativas; orientação técnica; uso de adubos e agrotóxicos. A metodologia de pesquisa é exploratória com base na coleta e análise tabular e gráfica de dados secundários presentes no banco de dados do IBGE a partir de dados dos Censos Agropecuário de 2006 e 2017. Verificou-se que as regiões que mais se associam ao cooperativismo são as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, conseqüentemente, são as que mais se beneficiam dessa associação. Já as regiões Nordeste e Norte são as que menos se associam às cooperativas e as que menos se beneficiam do cooperativismo. Os dados apontaram a necessidade de incentivo para que as regiões Nordeste e Norte se associem mais as cooperativas a fim de que ocorra um fortalecimento da agropecuária nessas regiões. Além disso, foi possível observar uma forte relação do cooperativismo com a assistência técnica, tendo em vista que as regiões que mais se associaram às cooperativas também foram as regiões que mais receberam orientação técnica e, conseqüentemente, as que mais utilizaram adubos e agrotóxicos.

Palavras-chave: cooperativismo, associativismo, agropecuária e Censo Agropecuário.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Participação dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas que usam/não usam adubação no Brasil em relação ao total de estabelecimentos agropecuários (considerando associados e não associados) que usam/não usam adubação conforme os censos de 2006 e 2017 em %.... 28

Figura 2: Participação dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas que usam/não usam agrotóxicos no Brasil em relação ao total de estabelecimentos agropecuários (considerando associados e não associados) que usam/não usam agrotóxicos conforme os censos de 2006 e 2017 em %. 30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por região brasileira....	22
Tabela 2. Classificação quanto a associação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em 2006 e 2017.	23
Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos associados às cooperativas no Brasil e Regiões em 2006 e 2017.	24
Tabela 4. Participação em % da Orientação técnica de acordo com a forma de organização dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2006 e 2017.	25
Tabela 5. Orientação técnica em relação ao número total de estabelecimentos associados às cooperativas agropecuárias em 2006 e 2017 por região.	26
Tabela 6. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam adubação em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam adubos em % em 2006.	27
Tabela 7. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam adubação em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam adubos em % em 2017.	27
Tabela 8. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam agrotóxicos em % em 2006.	29
Tabela 9. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam agrotóxicos em % em 2017.	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1. Cooperativismo brasileiro	14
2.2. REVISÃO DE LITERATURA	17
3. OBJETIVOS.....	19
4. MATERIAL E MÉTODOS	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
6. CONCLUSÃO	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um movimento social e econômico que une pessoas com interesses em comum para alcançar vantagens econômicas em suas atividades. As partes em questão se configuram tanto como associados como donos da cooperativa (OCB, 2020a).

No Brasil, a primeira cooperativa foi criada em 1889, em Minas Gerais, o seu nome era Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto e tinha como objetivo o consumo de produtos agrícolas (OCB, 2020b).

O movimento cooperativista é responsável por geração de empregos, inclusão social e fortalecimento de setores para que eles se mantenham competitivos no mercado. Os associados atuam tanto nas decisões econômicas da cooperativa visando um objetivo pessoal, ou para fins sociais, a fim de promover uma reforma social dentro do mercado econômico (JACTO, 2019).

No cenário mundial, o movimento cooperativista representa 1,2 bilhão de cooperados, 280 milhões de postos de trabalho e 3 milhões de cooperativas, sendo que quando consideradas as 300 maiores cooperativas do mundo as mesmas atingem um faturamento de US\$ 2,1 trilhões (OCB, 2019).

No Brasil, as cooperativas foram responsáveis por um aumento de 16% no número de empregados no período de 2014 a 2018. No ano de 2017, as cooperativas foram responsáveis por injetar mais de R\$ 9 bilhões, com salários e benefícios aos colaboradores e, em 2018, as cooperativas recolheram R\$ 7 bilhões aos cofres públicos, em impostos e tributos (OCB, 2019).

As cooperativas brasileiras são representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que estabeleceu ramos para a classificação das cooperativas a fim de facilitar o registro delas de acordo com as suas atividades econômicas. Os ramos são: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; trabalho, produção de bens e serviços; saúde e transporte (OCB, 2020c).

O ramo agropecuário também é composto por cooperativas vinculadas à atividade agropecuária, extrativista, agroindustrial e pesqueira, onde a cooperativa atua no fornecimento de insumos, beneficiamento, armazenamento, industrialização e compra e venda dos produtos dos cooperados, além de atuar oferecendo assistência técnica, social e educacional. Dessa forma, os cooperados conseguem inclusive exportar o seu produto, ação muitas vezes inviável para o produtor individual

(OCB, 2020c).

A pandemia trouxe em evidência a importância de estar associado à cooperativas, tendo em vista o papel de fortalecimento da atividade econômica que as cooperativas trouxeram aos setores envolvidos. Uma destas formas se dá com a geração de empregos e oferta de mão de obra com maior produtividade e menor custo total. Além disso, o cooperativismo incentiva a permanência do homem no campo quando dá aos produtores rurais acesso ao mercado (PRUDENTE, 2020).

Em 2019, o ramo agropecuário possuía 1.613 cooperativas, 1 milhão de cooperados e 209,8 mil empregados. No período de 2017 a 2018, o ramo agropecuário possuía R\$114,6 bilhões de ativo total, que é composto pela soma de seus bens e direitos; R\$31,11 bilhões de ativo imobilizado, ou seja, os bens e direitos necessários para mantê-lo em funcionamento e R\$40,9 bilhões de patrimônio líquido (OCB 2019; REIS, 2008).

Neste cenário, esta breve contextualização mostra a importância do cooperativismo, especificamente, para a agropecuária brasileira, sendo notórios os benefícios econômicos e sociais correlacionados a essa organização. Portanto, entender o panorama das cooperativas relacionadas ao ramo agropecuário no Brasil, como se comporta a sua evolução e quais as regiões onde elas estão mais concentradas, contribui para que agentes do setor possam traçar estratégias de gerenciamento, além de fornecer informações que possam ser úteis durante o processo de tomada de decisão por parte dos profissionais da área e/ou do governo, e assim, contribuir positivamente para o fortalecimento da agropecuária brasileira com o estímulo à geração de empregos diretos e indiretos, geração de renda, aumento de produtividade, entre outros.

Este trabalho encontra-se dividido em seis capítulos, incluindo essa introdução. O capítulo 2 é referente a revisão de literatura e o referencial teórico, em que são descritas as principais questões do cooperativismo agropecuário. Os objetivos geral e específicos estão apresentados no capítulo 3. No capítulo 4, são apresentadas a metodologia e fonte de dados. No capítulo 5, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. E por último, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Cooperativismo brasileiro

Cooperativismo consiste no agrupamento de pessoas que compartilham de um mesmo objetivo e que unem forças para alcançá-lo. Essa união também se dá para a resolução dos problemas que eles encontram durante o exercício da sua atividade. Nesse modelo de negócio, todos atuam tanto como associados como donos da cooperativa e participam de forma democrática nas tomadas de decisões (OCB, 2020a).

O cooperativismo surgiu, em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester, com um grupo de 28 trabalhadores (27 homens e uma mulher) que devido ao período econômico estavam encontrando dificuldades financeiras para a aquisição de alimentos básicos para a sua sobrevivência. Nesse contexto, eles juntaram um capital inicial de 28 libras e compraram uma grande quantidade de alimentos por preços menores que posteriormente seriam distribuídos de forma igualitária entre o grupo. Assim, nasceu a “Sociedade dos Probos de Rochdale”, sendo que a ideia foi tão promissora que dentro de 4 anos a cooperativa já possuía 140 membros e 152 mil libras (DIAS; FAJARDO, 2018).

No Brasil, o movimento cooperativista teve início em 1889, em Minas Gerais, com a união de funcionários públicos para a formação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto com foco no consumo de produtos agrícolas (OCB, 2020).

As cooperativas nacionais eram representadas pela Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e União Nacional de Cooperativas (Unasco), mas em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, houve a unificação dessas representações para a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), facilitando assim o diálogo com o Estado para atender as demandas do movimento. Dessa forma, as cooperativas passaram a ter uma representação única através da OCB, que ficou responsável por reunir e fortalecer os interesses do setor (OCB, 2020d).

A organização em cooperativas, proporciona benefícios econômicos, sociais, técnicos e profissionais aos indivíduos envolvidos. Dentre esses benefícios é possível citar: proporcionar aos cooperados o acesso à novas tecnologias, tendo em

vista que novos softwares e tecnologias são desenvolvidos voltados para as necessidades dos produtores; prestação de serviços que agreguem valor ao produto final como beneficiamento de sementes e pasteurização de leite; geração e distribuição de renda de forma igualitária; ambiente de igualdade, onde os participantes possuem o mesmo poder de tomada de decisões e assistência técnica agrônômica que se torna um instrumento de difusão de conhecimento e novas tecnologias geradas pelas pesquisas (JACTO, 2019).

A classificação de cooperativa, segundo a Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, considera sociedade cooperativa a união de pessoas que se comprometem a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica. Dentre as características de uma cooperativa estabelecidas pela legislação há: adesão voluntária, capital social representado por quotas-partes, singularidade de voto, retorno das sobras líquidas do exercício, neutralidade política, prestação de assistência aos associados e ausência de discriminação religiosa, racial e social (BRASIL, 1971).

É comum o surgimento de dúvida sobre a diferença entre cooperativa e associação. Dentre as diferenças entre ambas, considera-se que para a formação de uma associação é necessário no mínimo duas pessoas, já na cooperativa é necessário no mínimo 20 pessoas. Além disso, em uma associação os associados não são necessariamente os donos da mesma, mas na cooperativa os participantes são donos do patrimônio. Na associação, o patrimônio advém de taxas pagas pelos associados e na cooperativa o capital é social, facilitando assim a adesão por financiamentos nas instituições financeiras. Em uma associação, os ganhos devem ser destinados à sociedade, enquanto na cooperativa pode haver a distribuição das sobras das relações comerciais entre os cooperados. Na associação, caso haja a dissolução do patrimônio acumulado, o mesmo deve ser destinado a outra instituição semelhante, já na cooperativa as sobras são distribuídas entre os cooperados (SEBRAE, 2020).

Em virtude da grande abrangência de setores da economia pelas cooperativas, a OCB dividiu as cooperativas em sete ramos para facilitar a sua classificação e atender de forma mais precisa as necessidades das mesmas, são eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; trabalho, produção de bens e serviços; saúde e transporte (OCB, 2020). Como exemplo de cooperativa de crédito de sucesso é possível citar a Sicredi, presente em 21 estados do Brasil e com mais

de 3,5 milhões de associados, e, em 2016, apresentou um resultado líquido de R\$1,96 bilhão (EMPRESAS & COOPERATIVAS, 2019).

O cooperativismo possui sete princípios importantes: 1) adesão voluntária e livre, que diz que toda pessoa ou entidade que atenda às condições legais estatutárias estão aptas a se tornarem membros e utilizarem os serviços das cooperativas, sem qualquer discriminação; 2) gestão democrática, onde os membros participam das tomadas de decisões e formulação das suas políticas; 3) participação econômica dos membros na formação do patrimônio da cooperativa através de contribuições com o capital; 4) autonomia e independência de modo que caso haja acordo com outras organizações, o controle democrático pelos membros deve ser preservado; 5) educação, formação e informação para todos os envolvidos na construção e manutenção da cooperativa visando o seu desenvolvimento contínuo; 6) intercooperação, onde as cooperativas trabalham em conjunto para o fortalecimento do movimento e 7) compromisso com a comunidade através da responsabilidade social com as comunidades que estão inseridas (OCB, 2020d; PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2020).

Dentre as políticas públicas voltadas às cooperativas, dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), compete: formular, planejar e coordenar políticas e diretrizes concernentes ao cooperativismo; fomentar a profissionalização da gestão de cooperativas agropecuárias; fomentar o intercooperativismo; planejar, gerenciar e supervisionar as iniciativas de compras institucionais dos agricultores familiares para o abastecimento alimentar realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); realizar articulações junto a outras políticas e ações governamentais com vistas à potencialização de aquisições dos agricultores e de suas organizações; e promover o acesso aos mercados, nacional e internacional das organizações de agricultores (MAPA, 2019).

Segundo a FAO (2011), a cooperativa é um pilar para o desenvolvimento da agricultura e para a segurança alimentar, considerando que elas capacitam os seus membros a criarem empregos resilientes a choques econômicos e ambientais, além de oferecer uma ampla gama de serviços que fortalecem a atividade agrícola. Desta forma, os produtores rurais garantem para si meios de subsistência e participam como fornecedores na crescente demanda por alimentos.

2.2. REVISÃO DE LITERATURA

Gimenes e Gozer (2008), por meio de uma revisão de literatura, ressaltaram a atuação das cooperativas como um elo entre os produtores rurais e as instituições financeiras, tendo em vista que as cooperativas facilitam o acesso dos produtores rurais aos recursos financeiros para o desenvolvimento da sua atividade. Costa et al. (2019) também ressaltaram a importância do papel das cooperativas agropecuárias no acesso às políticas públicas. Os autores concluíram que as cooperativas agropecuárias e de crédito são importantes aliadas no acesso do produtor rural às políticas públicas, de modo a contribuir para que a atividade agrícola se torne sustentável frente as adversidades econômicas.

Silva et al. (2019), após visitar e entrevistar extrativistas e lideranças das comunidades, afirmaram que as comunidades rurais da Amazônia que se associaram as cooperativas venceram diversos desafios socioeconômicos. Por meio deste estudo, foi possível verificar que a ação da cooperativa possibilitou a organização da produção extrativista e agrícola, além de facilitar o acesso às políticas públicas bem como proporcionar uma comercialização mais justa dos produtos.

Guidhini e Maciel (2017), a partir de uma revisão bibliográfica, reforçaram a importância da cooperativa na vida do pequeno agricultor e dos assentados, tendo em vista que sem a intervenção da cooperativa os pequenos agricultores e assentados não conseguiriam comercializar os seus produtos individualmente.

Soares et al. (2019) complementam e reforçam a importância das cooperativas junto a agricultura familiar no que diz respeito ao fortalecimento da atividade rural através do fornecimento de assistência técnica, acesso ao crédito e ao mercado.

Drebes e Spanevello (2017), através de um estudo de caso com oito cooperativas, constataram a importância das cooperativas na sucessão na agricultura familiar tendo em vista as ações executadas pelas cooperativas para manter os jovens no campo e, conseqüentemente, renovar os associados da mesma garantindo assim a sua sobrevivência.

Em estudo sobre o impacto das cooperativas de crédito rural solidário no PIB municipal da agropecuária, Schuntzemberger et al. (2015), por meio da utilização de dois métodos quase-experimentais, destacaram a importância das cooperativas de crédito rural solidário nas áreas rurais dos municípios, uma vez que o PIB *per capita*

da agropecuária foi cerca de 20% maior nos municípios que possuíam essas cooperativas.

Ao estudar a prática da produção orgânica por pequenos produtores rurais da Cooperativa D` Irituia no Nordeste Paraense, tendo como instrumento metodológico a visita técnica, a caminhada nas propriedades dos integrantes da cooperativa, coleta de dados a partir de conversas informais e revisão de literatura, Santos et al. (2016) concluíram que a criação da cooperativa está diretamente relacionada com o processo de desenvolvimento local, tendo em vista que ela atua no fortalecimento da agricultura familiar e aprimora a geração de renda das famílias do município.

Ao analisar as ações de uma Cooperativa Regional de Assentados, Franciosi (2007) relatou a importância do cooperativismo na minimização do êxodo rural em assentamentos, possibilitando assim a continuidade das atividades agrícolas.

Faccin e Schimidt (2013), através do método científico e pesquisa descritiva, elaboraram um questionário com perguntas abertas e fechadas e concluíram que os filhos de produtores associados a cooperativa COAGRISOL sentem-se mais satisfeitos com as atividades do campo e mais incentivados a darem continuidade a atividade da família no campo, enquanto que os filhos de produtores que não eram associados a cooperativas se sentiam desestimulados a permanecerem no campo e mais propensos ao êxodo rural.

Tendo em vista a escassez de trabalhos sobre o panorama geral dos estabelecimentos associados às cooperativas no Brasil e em suas regiões, o presente trabalho tem como finalidade caracterizar os estabelecimentos agropecuários brasileiros quanto ao cooperativismo.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o panorama das cooperativas agrícolas no Brasil e a sua evolução no período de 2006 a 2017.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Conceituar as principais características do cooperativismo brasileiro.
2. Apresentar e analisar a evolução das seguintes variáveis, referente a evolução dos estabelecimentos agropecuário brasileiros quanto ao cooperativismo: número de estabelecimentos agropecuários; número de estabelecimentos agropecuários organizados em associações; número de estabelecimentos agropecuários organizados em cooperativas; orientação técnica; uso de adubos e uso de agrotóxicos.

4. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho final de graduação será conduzido por meio de uma pesquisa exploratória de dados existentes na literatura relacionados ao cooperativismo, com ênfase no cooperativismo agropecuário, além da utilização de uma pesquisa descritiva com dados secundários dos Censos Agropecuário publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que serão analisados por meio de tabelas e gráficos.

Como fontes de dados podem-se citar: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A coleta dos dados do Censo Agropecuário se deu por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). O período de análise escolhido foi entre 2006 e 2017 e as variáveis dos Censos utilizadas foram: número de estabelecimentos agropecuários; número de estabelecimentos agropecuários organizados em associações; número de estabelecimentos agropecuários organizados em cooperativas; orientação técnica; uso de adubos e uso de agrotóxicos.

Justifica-se a escolha destas variáveis devido ao fato de estarem relacionadas com o cooperativismo e serem encontradas nos dois períodos escolhidos (Censo Agropecuário do ano de 2006 e Censo Agropecuário do ano de 2017), possibilitando, dessa forma, a análise das variáveis em períodos distintos.

Para melhor compreensão dos dados deste trabalho, é importante entender como foram organizadas algumas informações obtidas no Censo Agropecuário. Para isso, foi feita uma síntese das principais informações da coleta dos dados e definiu-se alguns termos importantes conforme descrito nos próximos parágrafos.

O Censo Agropecuário é um conjunto de operações que visa o recolhimento de dados para a conversão dos mesmos em informações estatísticas posteriormente utilizadas na investigação de informações dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e nas atividades neles desenvolvidas (AGRAER, 2020).

Dentre as variáveis tratadas no trabalho, pesquisou-se estabelecimentos organizados em associações e em cooperativas. No ano de 2006, o IBGE dividiu os estabelecimentos agropecuários em não associados e associados, quando associados houve uma subdivisão de associados classificados em três categorias: 1) cooperativas; 2) entidade de classe (sindicato; associação/movimento de produtores e moradores etc.); e 3) cooperativa e entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores etc.). Somadas as três

categorias tem-se o total de é associado. Para a organização dos dados desta pesquisa, foram coletados os dados do total de associados, total de associados às cooperativas e associados à outras categorias que incluem as categorias 1, 2 e 3. Já no ano de 2017, o IBGE classificou os estabelecimentos agropecuários em não associados e associados, quando associados houve uma subdivisão em associados a: cooperativas; entidade de classe; sindicato; associação/movimento de produtores e associação de moradores. Para a organização dos dados somou-se estabelecimentos associados a: cooperativas e associados a outros quando se tratava de entidade de classe; sindicato; associação/movimento de produtores e associação de moradores e converteu o resultado na variável “associado”.

Quanto a variável adubação, no ano de 2006, o IBGE apresentou as propriedades que utilizam da seguinte maneira: usa em lavouras; usa em pastagens; usa em lavouras e pastagens; usa, mas não precisou usar em 2006. A fim de facilitar a compreensão dos dados, os mesmos foram somados e convertidos em “usa adubação”. Já no ano de 2017, o IBGE apresentou os estabelecimentos agropecuários que faziam adubação da seguinte maneira: fez adubação química; fez adubação orgânica; fez adubação química e orgânica; não fez adubação, mas costuma fazer. Para a melhor compreensão, esses dados foram somados e transformados em “usa adubação”.

Quanto a variável listada como agrotóxicos, em 2006, o IBGE classificou as propriedades que utilizaram da seguinte maneira: utilizou e utiliza, mas não precisou em 2006. Para a melhor compreensão desses dados eles foram somados e transformados em “usa agrotóxicos”. Já no ano de 2017, o IBGE classificou os estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos da seguinte maneira: utilizou; não utilizou – usa, mas não precisou. Da mesma maneira, esses dados foram somados e convertidos na variável “usa agrotóxicos”.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 mostra a distribuição dos estabelecimentos agropecuários nos anos de 2006 e 2017 no Brasil e nas regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Pode-se notar que o Nordeste foi a região com o maior número de estabelecimentos agropecuários no período analisado. Em 2016, foram 2.454.060 estabelecimentos agropecuários concentrados no Nordeste, ou seja, 47% dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já em 2017, a Região concentrava 46% dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários do país.

A região com o menor número de estabelecimentos agropecuários, em 2006 e em 2017, foi a Centro-Oeste, com 317.498 (6% do total) e 347.263 (7% do total) nos respectivos anos.

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por região brasileira.

Brasil e Regiões	2006		2017	
	Total	%	Total	%
Brasil	5.175.636	100%	5.073.324	100%
Nordeste	2.454.060	47%	2.322.719	46%
Sul	1.006.203	19%	969.415	19%
Sudeste	922.097	18%	853.314	17%
Norte	475.778	9%	580.613	11%
Centro-Oeste	317.498	6%	347.263	7%

Fonte: IBGE (2006 e 2017)

A Tabela 2 apresenta a classificação quanto a associação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em 2006 e 2017 e a participação em % de organização dos estabelecimentos agropecuários em associações/cooperativas no Brasil. Os dados apontam que, em 2006, dentre o total de 5.175.636 estabelecimentos agropecuários brasileiros, apenas 2.126.537 estavam organizados em associações, ou seja, menos de 50% dos estabelecimentos agropecuários do país. Em relação às cooperativas, a participação é ainda menor, com apenas 346.369 estabelecimentos, ou seja, 7% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil estavam organizados em cooperativas. No que se refere a 2017, houve um salto no número de estabelecimentos que não estavam envolvidos em associações, 61% dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, o que pode estar relacionado com a redução de 2%

no número de estabelecimentos agropecuários no ano de 2017 comparado a 2006. Ainda em 2017, o número de estabelecimentos organizados em cooperativas apresentou um aumento de 4%, passando de 346.369, em 2006, para 579.438 em 2017, mas apesar desse aumento a participação ainda é pequena perto dos 61% de estabelecimentos agropecuários que não estavam organizados em associações no mesmo ano.

Tabela 2. Classificação quanto a associação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em 2006 e 2017.

Brasil	2006		2017	
	Total	%	Total	%
Total	5.175.636		5.073.324	
<u>1. Não é associado</u>	3.049.099	59%	3.076.902	61%
<u>2. É associado</u>	2.126.537	41%	1.996.422	39%
Associado a outros	1.780.168	34%	1.857.110	37%
Cooperativas	346.369	7%	579.438	11%

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

Nota: O total corresponde a soma de 1 + 2. As porcentagens foram realizadas em relação ao total de estabelecimentos agropecuários.

Esses dados apontam que muitos estabelecimentos podem estar passando por necessidades que desestimulam a permanência do homem no campo, já que a união dos produtores em associações traz diversos benefícios como a aquisição de máquinas e equipamentos a preços reduzidos, melhores prazos de pagamentos e o compartilhamento de assistência técnica, minimizando assim a dificuldade da atividade e melhorando o desempenho competitivo no mercado (Brasil, 2008).

A Tabela 3 analisa a distribuição dos estabelecimentos organizados em cooperativas no Brasil e nas suas regiões de acordo com o período supracitado. Pela análise da Tabela 3 e pela análise já realizada com o número de estabelecimentos agropecuários do Brasil na Tabela 1, pode-se verificar, no período analisado, que apesar de a maior concentração dos estabelecimentos agropecuários ser no Nordeste, ele não se apresenta como a principal região com o maior número de estabelecimentos agropecuários organizados em cooperativas. Enquanto nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente, se concentram o maior número de estabelecimentos agropecuários organizados em cooperativas, com participações de crescimento positivas considerando o período analisado no presente estudo. Estas participações

em cooperativas foram, no ano de 2016, 15,74% e 12,85% para as regiões Sul e Sudeste e no ano de 2017 as participações respectivas foram 36,76% e 17,08%.

Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos associados às cooperativas no Brasil e Regiões em 2006 e 2017.

Brasil e Regiões	Participa de cooperativas			
	2006		2017	
	Participa	%	Participa	%
Brasil	346.369	6,69	579.438	11,42
Norte	10.537	2,21	20.309	3,50
Nordeste	32.091	9,26	33.592	1,45
Sudeste	118.518	12,85	165.630	17,08
Sul	158.428	15,74	313.763	36,76
Centro-Oeste	26.795	8,44	46.144	13,28

Fonte: IBGE (2006 e 2017)

Nota: Para o cálculo das porcentagens, foi utilizado o número de estabelecimentos associados às cooperativas no Brasil em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil e, no caso das regiões, o número total de estabelecimentos associados às cooperativas em relação ao total de estabelecimentos agropecuários em cada região.

Em partes, essas diferenças regionais quanto ao cooperativismo estão atreladas a presença de imigrantes – italianos, alemães e japoneses – instalados nas regiões Sul e Sudeste, que contribuíram para a construção de um cooperativismo competitivo por terem trazido consigo experiências referentes à prática do associativismo e um elevado nível de capital social (Silva et al., 2003). Enquanto por trás do contexto histórico da criação do cooperativismo nordestino, encontra-se grupos de latifundiários visando alcançar cargos diretivos e influência sobre os pequenos produtores (Rios, 1973). Além disso, tanto o Norte quanto o Nordeste sofrem com a ausência de políticas efetivas de desenvolvimento, acarretando dificuldade de acesso às práticas e recursos que fortaleçam o cooperativismo (Silva et al., 2003).

A Tabela 4 verifica a porcentagem de estabelecimentos agropecuários que recebem ou não orientação técnica de acordo com a sua organização em associações, cooperativas, outros ou não associação. É possível perceber a importância das cooperativas no apoio ao setor agropecuário, tendo em vista que os estabelecimentos associados às cooperativas são os que mais receberam orientação

técnica, 62% em 2006 e 64% em 2017. Além disso, é muito importante conhecer a quantidade de estabelecimentos que não estão recebendo esse apoio de um especialista, tendo em vista que assistência técnica impacta positivamente no Valor Bruto de Produção (VBP) das atividades agropecuárias (PEDROZO, 2021).

A orientação técnica vai muito além da procura por alta produtividade, ela abrange a sustentabilidade econômica e ambiental da propriedade, já que uma de suas ações é conhecer a real necessidade de insumos dos estabelecimentos e orientar a aquisição e aplicação de produtos corretos e em quantidades adequadas, de forma a reduzir o desperdício e, conseqüentemente, a contaminação do ambiente, e o desperdício financeiro (PEDROZO, 2021).

Tabela 4. Participação em % da Orientação técnica de acordo com a forma de organização dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2006 e 2017.

	Total	Orientação técnica 2006			
		Recebeu	%	Não recebeu	%
Brasil	5.175.636	1.145.049		4.030.587	
<u>É associado</u>	2.126.537	681.987	32%	1.444.550	68%
Cooperativas	346.369	213.227	62%	133.142	38%
<u>Assoc. a outros</u>	1.780.168	468.760	26%	1.311.408	74%
Não associado	3.049.099	463.062	15%	2.586.037	85%
continua					
-		Orientação técnica 2017			
	Total	Recebeu	%	Não recebeu	%
Brasil	5.073.324	1.025.443	-	4.047.881	-
<u>É associado</u>	1.996.422	615.500	31%	1.380.922	69%
Cooperativas	579.438	369.493	64%	209.945	36%
<u>Assoc. a outros</u>	1.857.110	437.350	24%	1.419.760	76%
Não associado	3.076.902	409.943	13%	2.666.959	87%

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

Nota: Com relação a receber ou não orientação técnica, os dados foram obtidos a partir da divisão do total de estabelecimentos que receberam ou não receberam orientação técnica pelo total de estabelecimentos concentrados no tipo de associação em questão.

A Tabela 5 traz a participação de orientação técnica, considerando o total de estabelecimentos classificados em cooperativas que recebem orientação técnica em relação ao total de estabelecimentos que recebem orientação técnica (incluindo todas as outras classificações de associado e não associado), como forma de verificar a participação das cooperativas dentro do total dos estabelecimentos que recebem orientação técnica.

Destacam-se as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que tanto em 2006 quanto em 2017 tiveram o maior suporte de profissionais especializados. Desta forma, vale ressaltar a importância de planos governamentais que direcionem um maior suporte para as regiões Nordeste e Norte, a fim de reduzir a desigualdade entre as regiões em relação à orientação técnica.

Tabela 5. Orientação técnica em relação ao número total de estabelecimentos associados às cooperativas agropecuárias em 2006 e 2017 por região.

Brasil e Regiões	2006		2017	
	%		%	
	Recebe	Não Recebe	Recebe	Não Recebe
Brasil	62%	38%	64%	36%
Sudeste	25%	7%	60%	40%
Sul	23%	9%	72%	28%
Centro-Oeste	15%	6%	54%	46%
Nordeste	5%	1%	34%	66%
Norte	4%	2%	30%	70%

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

A Tabela 6 e 7 trazem informações sobre a utilização de adubos durante a atividade agropecuária e a Figura 1 apresenta a situação do Brasil quanto a utilização de adubação durante o período analisado. É possível notar que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que mais se associam às cooperativas e que mais recebem orientação técnica são as que mais utilizam adubos. Já a Região Nordeste que possui o maior número de estabelecimentos agropecuários, o menor envolvimento com cooperativas e a menor participação de recebimento de orientação técnica é a que menos utilizou adubação nas suas propriedades ao longo do período analisado.

O solo é responsável por fornecer os nutrientes minerais essenciais para as plantas. Quando, após uma análise química, constata-se a deficiência desses nutrientes no solo, ocorre a necessidade de adubação do mesmo, do contrário haverá uma redução no crescimento e na produção das plantas (FAQUIN, 2002). Com essas informações é possível inferir que tanto a Região Nordeste, como a região Norte sofrem as consequências de um solo com deficiência nutricional.

Tabela 6. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam adubação em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam adubos em % em 2006.

	Uso de Adubação 2006					
	Total Usam (A)	Usam (Cooperativas) (B)	% (A/B)	Total Não Usam (C)	Não Usam (Cooperativas) (D)	% (C/D)
Brasil	1.838.573	244.047	13%	3.337.063	102.322	3%
Norte	51.176	1.880	4%	424.602	8.657	2%
Nordeste	484.360	12.348	3%	1.969.700	19.743	1%
Sudeste	484.659	82.228	17%	437.438	36.290	8%
Sul	728.831	135.037	19%	277.372	23.391	8%
Centro-Oeste	89.547	12.554	14%	227.951	14.241	6%

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

Tabela 7. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam adubação em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam adubos em % em 2017.

	Uso de Adubação 2017					
	Total Usam (A)	Usam (Cooperativas) (B)	% (A/B)	Total Não Usam (C)	Não Usam (Cooperativas) (D)	% (C/D)
Brasil	4.054.569	629.171	16%	5.016.832	158.650	3%
Norte	220.033	10.156	5%	872.003	24.123	3%
Nordeste	1.524.665	30.845	2%	2.894.783	24.346	1%
Sudeste	1.067.057	185.277	17%	591.943	45.925	8%
Sul	999.213	362.765	36%	289.802	37.269	13%
Centro-Oeste	612.476	40.128	14%	368.301	26.987	7%

Fonte: IBGE (2006 e 2017).

Figura 1. Participação dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas que usam/não usam adubação no Brasil em relação ao total de estabelecimentos agropecuários (considerando associados e não associados) que usam/não usam adubação conforme os censos de 2006 e 2017 em %.

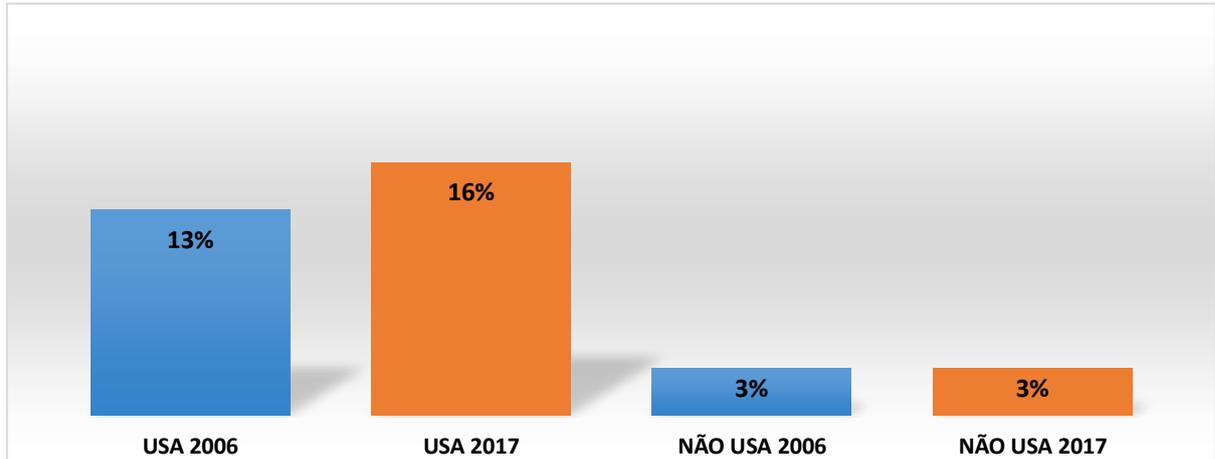


Figura 1: Elaborada pela autora

As Tabelas 8 e 9 apresentam participação de utilização de agrotóxicos dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas em porcentagem por regiões e a Figura 2 elucida a situação do Brasil quanto à utilização de agrotóxicos considerando a associação às cooperativas. Observa-se que as regiões com o maior envolvimento em cooperativas (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), são as que mais utilizam agrotóxicos e as que menos se associam a cooperativas (Nordeste e Norte) são as que menos utilizam agrotóxicos.

Os agrotóxicos, também conhecidos como defensivos agrícolas, são compostos químicos ou biológicos utilizados no controle de seres vivos prejudiciais a lavoura. O seu tipo varia de acordo com o alvo que se pretende controlar, como exemplo, inseticida (insetos), herbicidas (plantas invasoras), fungicida (fungos) e nematicida (nematoides). Para a sua correta aplicação diversas variáveis de interesse devem ser consideradas, tais como, o diagnóstico da área, o alvo, a dosagem de aplicação, entre outros. Assim como os medicamentos, os agrotóxicos necessitam de receituário agrônomo para a sua aquisição (BRUNA, 2017). Tendo em vista que as pragas agrícolas influenciam negativamente na produtividade, pode-se inferir que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as que menos sofrem com esse fator e as que mais se beneficiam de uma agropecuária livre de pragas. Apesar dessa

informação, poder levantar a suspeita de que o maior número de utilização de agrotóxicos que essas regiões fazem as tornam menos sustentáveis e mais responsáveis pela contaminação do ambiente. Vale lembrar que elas também são as regiões que receberam o maior número de orientação técnica, de forma que se espera que essa orientação reduza as chances de uso inadequado de agrotóxicos. Além disso, pode-se considerar também que o menor número de agrotóxicos não necessariamente significa sustentabilidade, porque o pouco uso sem a devida orientação de um profissional, pode ser totalmente ineficiente e prejudicial ao ambiente (JACTO, 2020).

Tabela 8. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados às cooperativas e que usam/não usam agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam agrotóxicos em % em 2006.

	Uso de Agrotóxicos 2006					
	Total Usam (A)	Usam (Cooperativas) (B)	% (A/B)	Total Não Usam (C)	Não Usam (Cooperativas) (D)	% (C/D)
Brasil	1.553.455	202.489	13%	3.622.181	143.880	4%
Norte	70.161	2.431	3%	405.617	8.106	2%
Nordeste	525.173	10.775	2%	1.928.887	21.316	1%
Sudeste	261.932	55.478	21%	660.165	63.040	10%
Sul	632.756	124.175	20%	373.447	34.253	9%
Centro-Oeste	63.433	9.630	15%	254.065	17.165	7%

Fonte: IBGE (2006 e 2017)

Tabela 9. Participação dos estabelecimentos agropecuários que são associados à cooperativas e que usam/não usam agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos (associados e não associados) que usam/não usam agrotóxicos em % em 2017.

	Uso de Agrotóxicos 2017					
	Total Usam (A)	Usam (Cooperativas) (B)	% (A/B)	Total Não Usam (C)	Não Usam (Cooperativas) (D)	% (C/D)
Brasil	1.816.144	405.722	22%	3.231.422	172.791	5%
Norte	146.431	9.181	6%	429.596	10.962	3%
Nordeste	619.516	11.021	1%	1.685.280	22.195	1%
Sudeste	349.572	96.053	27%	618.568	69.435	11%
Sul	586.523	265.902	45%	265.135	47.663	18%
CO	114.102	23.565	21%	232.843	22.536	10%

Fonte: IBGE (2006 e 2017)

Figura 2. Participação dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas que usam/não usam agrotóxicos no Brasil em relação ao total de estabelecimentos agropecuários (considerando associados e não associados) que usam/não usam agrotóxicos conforme os censos de 2006 e 2017 em %.

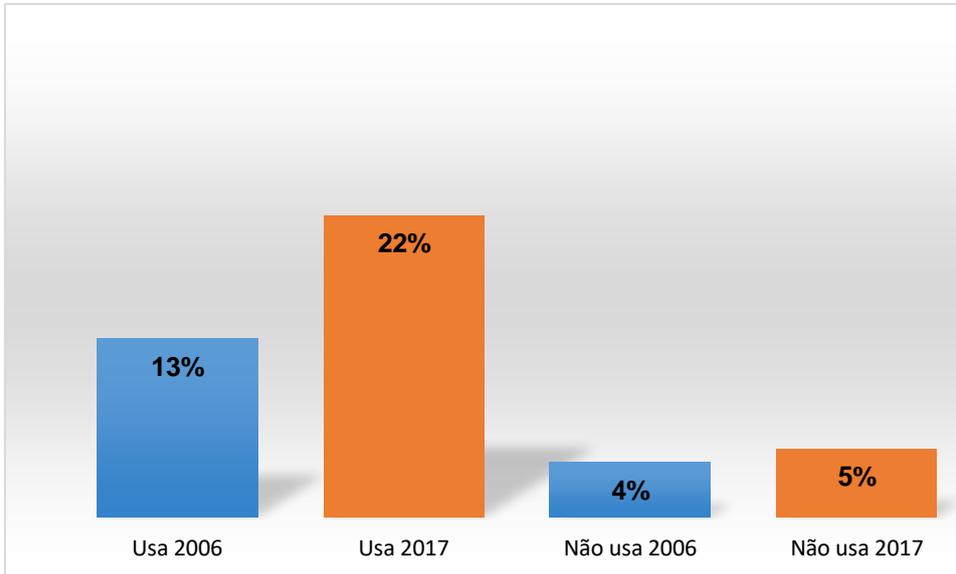


Figura 2: Elaborada pela autora

6. CONCLUSÃO

A associação à cooperativa é muito importante para o desenvolvimento de uma agropecuária resiliente e eficiente. Mas, medidas devem ser tomadas para minimizar a desigualdade de oportunidades entre as regiões do Brasil, tendo em vista que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as que mais se envolvem com o cooperativismo e, conseqüentemente, são as que mais se beneficiam dessa associação conforme foi discutido nos resultados da pesquisa. Já as regiões Nordeste e Norte são as que menos se associam às cooperativas e as que menos se beneficiam do cooperativismo. Os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de incentivo para que as regiões Nordeste e Norte se associem mais às cooperativas, a fim de que haja um fortalecimento da agropecuária dessas regiões.

De maneira geral, apesar dos benefícios da associação à cooperativa, a região que mais concentra os estabelecimentos agropecuários do Brasil, também é a que menos se beneficia dessa ação. Portanto, são necessárias políticas públicas voltadas ao estímulo do setor agropecuário nas regiões brasileiras, que levem em consideração as particularidades de cada região e, também, são necessárias ações

que envolvam o estímulo ao cooperativismo, a fim de proporcionar maior visibilidade das regiões no mercado agropecuário brasileiro.

A realização deste trabalho teve como principais limitações, a comparação das variáveis nos dois Censos Agropecuários que nem sempre se repetiam nos anos escolhidos (2006 e 2017) de forma a impossibilitar uma comparação mais detalhada entre os estabelecimentos agropecuários.

Outros trabalhos podem ser desenvolvidos a partir deste estudo, como por exemplo, trabalhos que separam os estabelecimentos em agricultura familiar e não familiar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAER. **Censo Agropecuário completa 100 anos e retrata história do setor no país**. 2020. Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/censo-agropecuário-completa-100-anos-e-retrata-história-do-setor-no-país/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Associativismo. Brasília: Mapa/SDC/Denacop, 2008.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRUNA, J. **Defensivos agrícolas: 8 curiosidades que você deveria saber**. 2017. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/defensivos-agricolas-curiosidades/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

COSTA, D. R. de M. et al. Cooperativas na política agrícola de crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 28, n. 3, p. 81, 2019. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1455>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DIAS, B. B.; FAJARDO, S. Articulações entre o estado e o cooperativismo agrícola: um estudo sobre as cooperativas de imigrantes holandeses nos campos gerais do Paraná. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 45, p. 214–232, 2018.

DOS SANTOS, R. M.; DO ROSARIO, L. P. C.; FREITAS, H. D. S. C.; DA SILVA MATOS, C.; DE CARVALHO, A. R. (2016). A Prática da Produção Orgânica por Pequenos Produtores Rurais da Cooperativa D'Irituia no Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas Agropecuárias E O Desafio Da Sucessão Na Agricultura Familiar. **Holos**, v. 2, p. 360, 2017.

EMPRESAS & COOPERATIVAS. **Grandes Cooperativas: saiba quais são as principais cooperativas do mercado**. Disponível em: <https://empresasecooperativas.com.br/grandes-cooperativas/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FACCIN, O. P.; SCHMIDT, C. E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. **Reflexão cooperativista**.

Porto Alegre-RS. SESCOOP/RS, n. 3, p. 157-161, 2014.

FAQUIN, V. Diagnóstico do estado nutricional das plantas. **Lavras: UFLA/FAEPE**, v. 1, p. 77, 2002.

FAO. **Agricultural cooperatives: paving the way for food security and rural development**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ap431e/ap431e.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FRANCIOSI, E. O. O sistema cooperativo dos assentamentos rurais: o exemplo das cooperativas Coagri e Cooproserp. **Informe Gepec**, v. 11, n. 2, 2007.

GHIDINI, T.; MACIEL, M. C. A importância do cooperativismo para a produção familiar dos assentamentos rurais da região de Fraiburgo – SC. In: Anais X MICTI, Camboriú. **Anais...** Camboriú: 2017. Disponível em: <https://eventos.fabricadesoftware.ifc.edu.br/media/upload/submissao/2017/09/11/R esumo_MICTI_Talita_uMIMsil.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. P.; GOZER, I. C. **Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais**. 2008.

JACTO. **Principais vantagens do cooperativismo e sua importância para a agricultura**. 2019. Disponível em: <<https://blog.jacto.com.br/principais-vantagens-do-cooperativismo-e-sua-importancia-para-a-agricultura/#:~:text=A%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20resultados%20%C3%A9,se%20beneficiam%20de%20maneira%20indireta>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

JACTO. **Tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas: 5 melhores práticas**. 2020. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/tecnologia-de-aplicacao-de-defensivos-agricolas/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

MAPA. **Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/cooperativismo>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F100931%2F1586972220ANUARIO_2019_web.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

OCB. **O que é Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o->

que-e-cooperativismo>. Acesso em: 04 out. 2020a.

OCB. **História do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 05 out. 2020b.

OCB. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ramos>>. Acesso em: 04 out. 2020c.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ocb>>. Acesso em: 04 out. 2020d.

PEDROZO, J.Z. **Conhecimento e assistência técnica**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/artigos/conhecimento-e-assistencia-tecnica>. Acesso em: 06 jan. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Os 7 princípios do cooperativismo**. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

PRUDENTE, A. B. **A importância das cooperativas rurais e da economia criativa para o pequeno produtor vencer a crise**. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/debates/a-importancia-das-cooperativas-rurais-e-da-economia-criativa-para-o-pequeno-produtor-vencer-a-crise-por-ana-beatriz-prudente/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REIS, T. **Ativo total: o que mostra esse indicador de contabilidade**. 2008. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/ativo-total/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RIOS, G. S. L. (1973). Pré-cooperativismo: etapa queimada. In J. Uwe (Org.), *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico* (pp. 315-347). São Paulo: Fundação Friedrich Naumann.

SCHUNTZEMBERGER, A. M. D. S; JACQUES, E. R; GONÇALVES, F. D. O; SAMPAIO, A. V. (2015). Análises quase-experimentais sobre o impacto das cooperativas de crédito rural solidário no PIB municipal da agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 497-516, 2015.

SEBRAE. **As principais diferenças entre associação e cooperativa**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e->

cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 04 out. 2020.

SILVA, E. S; SALOMÃO, I. L; MCINTYRE, J. P; GUERREIRO, J; PIRES, M. L. L. S; ALBUQUERQUE, P. P; BERGONSI, S; VAZ, S. C. (2003). Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *Revista uniRcoop*, 1(2), 75-102.

SILVA, L. D. J; PINHEIRO, J. O. C; DOS SANTOS, E. M; DA COSTA, J. I., e MENEGHETTI, G. A. (2019). Cooperativism as an instrument for the autonomy of rural communities in the amazon: The experience of extractive farmers in the municipality of Iábrea, am. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**, n. 55, p. 199–226, 2019.